



PROGRAMA ESG-FIEC

CADERNO SETORIAL J

Educação fundamental, médio, técnico,
tecnológico, graduação e pós-graduação.





Federação das Indústrias do Estado do Ceará

Documento:	Caderno Setorial J: Educação fundamental, médio, técnico, tecnológico, graduação e pós-graduação
Versão:	1.0
Lançamento:	09/2024
Autora:	FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará Avenida Barão de Studart, 1980 Aldeota – Fortaleza/CE - CEP 60.120-024 (85) 3421.4201 esg@sfiec.org.br

A elaboração deste material contou com a consultoria e a assessoria da [BUREAU VERITAS](#)



© 2024 Todos os direitos reservados

Documento sujeito a revisão.
Consulte o website do Programa do Selo ESG-FIEC para identificar e ter acesso à versão em vigor.

Sumário

ORIENTAÇÕES	4
TÓPICOS DE INDICADORES	5
ENVIRONMENTAL	6
JE 01 : Economia Circular	6
JE 02 : Sustentabilidade no Ensino	10
JE 03 : Preservação de Áreas Verdes	14
SOCIAL	18
JS 01 : Saúde Mental e Bem-Estar do Corpo Discente	18
JS 02 : Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade	22
JS 03 : Engajamento Comunitário e Integração de Projetos no Currículo	26
JS 04 : Educação Empreendedora	30
GOVERNANÇA	34
JG 01 : Inovação Tecnológica Sustentável na Educação	34
JG 02 : Participação do corpo docente e discente nas Decisões da Instituição de Ensino	38
JG 03 : Qualidade do ensino	42



ORIENTAÇÕES

- [a] Este Caderno reúne um grupo de indicadores aplicáveis especificamente ao setor de serviços na área de educação, englobando as atividades de ensino fundamental de 1º ao 9º ano regulares; as atividades de ensino médio de formação geral (ensino médio regular); atividades de cursos técnicos (como, por exemplo, SENAI e IFCE); as instituições de educação superior que oferecem exclusivamente cursos de pós-graduação e/ou cursos de extensão; as instituições de educação superior que oferecem exclusivamente cursos de graduação; as instituições de educação superior que oferecem cursos tecnológicos, de graduação e programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, podendo ainda oferecer cursos de especialização, aperfeiçoamento, dentre outros
- [b] Não é objeto do Programa ESG-FIEC a certificação de uma atividade em específico, mas sim os processos da organização que atua na área educacional, sejam eles administrativos e operacionais. As atividades da organização devem estar alinhadas com as melhores práticas de ESG e sustentabilidade, nos seus mais variados níveis hierárquicos e departamentos.
- [c] **Não são elegíveis** para participação no Programa ESG-FIEC as empresas do segmento que não possuam ao menos 24 (vinte e quatro) meses contínuos de operação; como também as atividades de apoio a educação; escolas maternais e jardins-de-infância, creche e pré-escola; Educação infantil – creche e Educação infantil - pré-escola.

TÓPICOS E INDICADORES

Environmental (Ambiental)		
Tópicos	Códigos	Indicadores
Gestão responsável e sustentável	JE 01	Economia Circular
	JE 02	Sustentabilidade no Ensino
Conservação ambiental	JE 03	Preservação de Áreas Verdes

Social (Social)		
Tópicos	Códigos	Indicadores
Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional	JS 01	Saúde Mental e Bem-Estar do Corpo Discente
Gestão de Impactos Sociais	JS 02	Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade
	JS 03	Engajamento Comunitário e Integração de Projetos no Currículo
	JS 04	Educação Empreendedora

Governance (Governança)		
Tópicos	Códigos	Indicadores
Adoção de tecnologias educacionais	JG 01	Inovação Tecnológica Sustentável na Educação
Gestão paricipativa	JG 02	Participação do corpo docente e discente nas Decisões da Instituição de Ensino
Regularidade das operações	JG 03	Qualidade do ensino



ENVIRONMENTAL (Ambiental)

ODS relacionado



JE 01: Economia Circular

Tópico: Gestão responsável e sustentável

Não conforme

A organização não realiza atividades que promova a circularidade dos resíduos por ela gerados. Apenas cumpre com os requisitos mencionados na Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS).

0

Sensibilizada

Além de cumprir com os requisitos legais, conforme a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), a empresa emprega o conceito de economia circular na sua gestão e operação. A empresa implementa um programa de educação e sensibilização junto a diferentes grupos de stakeholders, quanto a importância do reuso, da reciclagem e reintegração dos resíduos à economia de maneira sustentável, o que inclui, mas não se limita a propagandas digitais e/ou comunicação em seus meios de comunicação e interação com os diferentes públicos.

OBRIGATÓRIO

0

Consciente

Além de atender ao nível anterior, busca substituir as matérias-primas por alternativas mais sustentáveis, como, por exemplo: copos reutilizáveis, garrafinhas, tecidos sustentáveis, dentre outros em sua operação e gestão. Implementa Plano estruturado de coleta seletiva de resíduos em todas as infraestruturas da empresa (resíduos gerados dentro de sua operação), assim como em eventos educacionais (resíduos gerados pelo seu público visitante e participantes dos eventos). Além de realizar a coleta seletiva em ambas as frentes, a empresa possui parcerias com ONGs e cooperativas de reciclagem, para as quais destina os resíduos recolhidos. Mantém um registro detalhado do cronograma de entregas e das quantidades entregues. Adicionalmente, gerencia todas as documentações relacionadas às ações de economia circular.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, prioriza a compra de produtos e equipamentos sustentáveis e de baixo impacto ambiental, dando preferência por produtos fabricados localmente, com materiais recicláveis e duráveis. Promove a reutilização de materiais escolares, como livros, uniformes e equipamentos eletrônicos. Cria um sistema de doações ou trocas para esses itens. Incentiva projetos de pesquisa focados em soluções sustentáveis e economia circular, envolvendo alunos e professores em iniciativas que busquem inovar e melhorar a sustentabilidade da instituição. Implementa ações/ projetos para desenvolver e engajar sua cadeia de valor no tema.

10

Descrição

O conceito de economia circular propõe um ciclo fechado, onde os produtos, materiais e recursos são mantidos em uso pelo maior tempo possível e, quando não são mais necessários, são recuperados e reintegrados à economia, fomentando os preceitos da circularidade. Ao contrário do modelo linear tradicional, que segue a sequência "extrair, produzir, usar e descartar", a economia circular visa fechar o ciclo, minimizando o desperdício e maximizando o valor dos recursos.

Nesse contexto, a economia circular abrange várias estratégias, incluindo a reutilização de produtos, a reciclagem de materiais, a remanufatura, a repotenciação e a redução do desperdício; enfatizando a reciclagem eficiente, minimizando a perda de materiais e a necessidade de matérias-primas virgens.

Além disso, promove a responsabilidade compartilhada ao longo do ciclo de vida dos produtos, envolvendo empresas, governos e consumidores na gestão do uso dos recursos. Isso impulsiona a colaboração e a inovação em toda a cadeia de valor.

Esta abordagem promove a sustentabilidade ambiental, reduzindo o desperdício e a pressão sobre os ecossistemas. Além disso, a economia circular reduz a quantidade de resíduos gerados, aliviando a pressão sobre aterros sanitários e diminuindo a poluição.

A logística reversa é uma ferramenta da economia circular, e é uma obrigação legal, instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), bem como por diversas normas e instrumentos correlacionados, como Decretos e Acordos Setoriais que regulamentam esta matéria. Atualmente, esta obrigação alcança produtos como, por exemplo, eletroeletrônicos (Decreto Nº 10.240/2020) e medicamentos (Decreto Nº 10.388/2020). Mesmo produtos que ainda não possuam a logística reversa regulamentada podem realizar projetos e ações relacionados a este tema.

Exemplo de ações são: campanhas de educação ambiental voltadas aos consumidores e/ou demais stakeholders, para conscientizar o papel do consumidor na logística reversa e a importância dessa prática para o meio ambiente; a instalação de PEVs – Pontos de Entrega Voluntária, nos quais os consumidores podem descartar os produtos após o uso; parcerias com cooperativas de catadores, empresas de reciclagem, dentre outras, para viabilizar as atividades de logística reversa e de reciclagem dos materiais.

Legislação: Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS); Decreto nº 10.936/2022 (revoga o Decreto nº 7.404/2010 e atualiza a regulamentação da Lei nº 12.305/2010 - PNRS); Decreto nº 10.240/2020 (eletroeletrônicos); Decreto nº 10.388/2020 (medicamentos); Resolução CONAMA nº 307/2002; Resolução CONAMA nº 358/2005; Resolução CONAMA nº 401/2008; Lei nº 11.445/2007 (Lei de Saneamento Básico); ABNT NBR 10004; ABNT NBR 11174; ABNT NBR 12235; dentre outras leis pertinentes ao tema.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor, e não se limitar a estes, as documentações comprobatórias das ações realizadas de economia circular, como métodos, práticas de logística reversa, Manifestos de Transporte de Resíduos (MTRs), Certificados de Destinação Final (CDFs), licenças ambientais dos locais de disposição final; ações de conscientização dos colaboradores, estudantes e outras partes interessadas em geral, como também de engajamento da cadeia de valor. Comprovação da implementação de ações, iniciativas e projetos relacionados ao tema; planilhas de controle e/ou monitoramento dos quantitativos gerados, reciclados, reutilizados, destinados; relatórios e Inventário de Resíduos, contratos de parceria com empresas sustentáveis, ONGs, cooperativas, dentre outras pertinentes.

In loco deverá ser verificada toda a disposição em relação a estrutura disponibilizada na organização para o correto acondicionamento e armazenamento dos resíduos gerados, como também a distribuição de lixeiras de coleta seletiva, cartazes e placas indicativas, dentre outros.



ENVIRONMENTAL (Ambiental)

ODS relacionado



JE 02: Sustentabilidade no Ensino

Tópico: Gestão responsável e sustentável

Não conforme

A organização não aplica nenhum conceito e/ou ações de sustentabilidade nos conteúdos de ensino, que seja, como parte do Programa de ensino, disciplinas opcionais ou mesmo como parte do conteúdo programático de disciplinas obrigatórias.

0

Sensibilizada

A organização possui integração de práticas, políticas e ensinamentos voltados para o desenvolvimento sustentável dentro do ambiente educacional, como preconiza a Base Nacional Comum Curricular, quando aplicável. Possui ainda práticas de sensibilização interna quanto ao tema e realiza campanhas de informação sobre a importância do tema.

Exemplos de ações ambientais: hortas coletivas, ações de redução de consumo de recursos naturais (ex. água e energia); na área social realiza debate sobre temas como assédio e discriminação e preconceitos diversos, dentre outros. Promove a conscientização de estudantes e corpo docente, por meio de eventos em dias comemorativos, como Dia mundial do meio ambiente, Dia da água, Dia Mundial da Diversidade Cultural para o diálogo e o desenvolvimento, dentre outros.

0

OBRIGATÓRIO

Consciente

Além de atender ao nível anterior, a organização desenvolve projetos, pesquisa e extensão voltados para a sustentabilidade, engajando estudantes e corpo docente, quando aplicável. Possui um programa específico para a conscientização e engajamento de estudantes, professores e demais colaboradores em relação ao tema sustentabilidade incorporando na base curricular, com periodicidade definida, e monitoramento de resultados. Possui política de sustentabilidade e procedimentos bem definidos em relação as ações sustentáveis implementadas na organização.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, possui um sistema de gestão voltado ao tema sustentabilidade, com uma área ou Comitê formalmente instituído para tratar do assunto. Integra conceitos de sustentabilidade em várias disciplinas, como ciências, geografia, economia e até mesmo artes, para fornecer uma compreensão holística das questões. Possui programas de conscientização e engajamento voltados aos stakeholders externos, com registro de participações, temas tratados e resultados alcançados. Possui procedimentos de compras e contratações sustentáveis, com regramento de classificação de fornecedores.

Além disso, a organização divulga suas práticas sustentáveis, de forma periódica, com no mínimo de um relato já publicado.

10

Descrição

O conceito de desenvolvimento sustentável proposto por Harper (2001) define sustentável como o processo de mudança ou atividade que possa ser preservada sem esgotamento ou colapso; e desenvolvimento significa que a evolução e melhoria possa ocorrer como um processo dinâmico, utilizando os recursos naturais sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

A sustentabilidade na escola não apenas contribui para a preservação do planeta, mas também empodera os alunos, capacitando-os a fazer escolhas conscientes e promover mudanças positivas em suas comunidades.

Atualmente, o Brasil possui diferentes instrumentos legais e diretrizes, sendo governamentais ou não, para todo o território nacional, que indicam a necessidade de desenvolvimento da sustentabilidade nas instituições de ensino (Góes, 2015). Nesse sentido, segundo Ribeiro et al. (2018), o tema sustentabilidade deve estar presente em todas as atividades de uma instituição e sensibilizar discentes, docentes, servidores e a sociedade em geral.

Legislação: LDB, Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); Acórdão nº 1.752, de 29 de junho de 2011; Decreto nº 7.746/2012 que regulamentou o artigo 3º da Lei n. 8.666/1993 sobre compras e contratações sustentáveis no âmbito da administração pública federal; Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (Política Nacional de Educação Ambiental, dispõe sobre a educação ambiental e dá outras providências); dentre outras legislações/ normas pertinentes ao tema.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor, e não se limitar a estes, documentos comprobatórios das ações implementadas de sustentabilidade, como, por exemplo, das ações de redução de consumo de recursos naturais (ex. água e energia), das ações de redução de geração de resíduos, coleta seletiva, aproveitamento de água pluvial, transportes eficientes, planos de ensino, propostas educacionais, projetos e programas que promovam a disseminação do conhecimento e letramento de temas como assédio, preconceito entre outros.

Documentos que comprovem as ações de conscientização e/ ou capacitação do corpo discente e docentes e de outras partes interessadas; projetos de pesquisa e extensão voltados ao tema de sustentabilidade e seus variáveis subtemas, nos pilares: Ambiental, Social e de Governança Corporativa; política de sustentabilidade. Além de procedimentos de gestão, indicadores e metas; contratos de parcerias com outras instituições; divulgação das práticas sustentáveis, Relatório de Sustentabilidade, dentre outros documentos pertinentes a referida ação e os resultados com ela alcançados.



ENVIRONMENTAL (Ambiental)

JE 03: Preservação de Áreas Verdes

Tópico: Conservação ambiental

ODS relacionado



Não conforme

A organização não possui nenhum controle e/ou gerenciamento em relação à preservação de áreas verdes e/ou áreas legalmente protegidas.

0

Iniciante

A organização está ciente do tema e da importância da preservação de áreas verdes; considera e, já possui estudos e/ou planos com alternativas de aplicabilidade na organização.

4

Sensibilizada

Atende as condicionantes solicitadas na licença ambiental, quando aplicável, com implementação de programas voltados a conservação de áreas protegidas e da biodiversidade. Respeita as áreas legalmente protegidas, como por exemplo, Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, dentre outras, e não possui Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Caso haja algum TAC em vigor, este deve estar em processo de finalização, ou já aceito pelo organismo regulador.

6

Consciente

Além de atender ao nível anterior, a organização possui políticas e procedimentos relacionados ao tema, bem como, um sistema de gestão para o adequado gerenciamento das ações implementadas, de forma a conservar a biodiversidade em sua área de influência. Além disso, possui indicadores e implementação de tecnologias que visam minimizar os impactos causados na biota terrestre ou aquática, se aplicável (se possuir cursos d'água ou lagoas em suas dependências). Possui ações de engajamento das partes interessadas sobre o tema, por meio de conscientização, treinamentos em educação ambiental e divulgação de conhecimento acerca dos temas.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, as ações anteriores fazem parte de um programa contínuo, no qual apresentam metas, indicadores e registro da abrangência e resultados alcançados. Organiza atividades sobre o tema, envolvendo os discentes em projetos de reflorestamento e recuperação de ecossistemas locais. Possui gestão de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) e implementa programas adicionais aos exigidos pelos órgãos ambientais competentes.

10

Descrição

As florestas têm um importante papel na manutenção do equilíbrio ambiental global e na regulação do ciclo hidrológico, influenciando no regime de precipitação, na proteção do solo e dos cursos d'água, na purificação e "reciclagem" da água, no controle de cheias e inundações, impedindo a ocorrência de enchentes, impedindo a erosão do solo, o assoreamento de rios, a ocorrência de secas e a desertificação; ou seja, as florestas influenciam na qualidade e disponibilidade de água. Não só, como em áreas urbanas, auxiliam na regulação térmica, melhora a qualidade do ar e qualidade de vida.

Em área urbana, a conservação de fragmentos florestais de vegetação nativa, se torna uma prática de planejamento que compreende a preservação, a restauração, a recuperação e a manutenção dos patrimônios natural, construído e histórico-cultural; bem como o manejo sustentável dos recursos ambientais e a requalificação do patrimônio construído. Desta forma, o Código Florestal estabelece Áreas de Preservação Permanente nas faixas marginais aos cursos d'água, nascentes e lagos, tendo suas especificidades em zona rural e urbana. Além disso, em área rural, deve-se ter uma área de Reserva Legal, cuja área dependerá do Bioma onde o empreendimento se encontra.

Legislação: Política Nacional do Meio Ambiente - Lei Nº 6.938/1981; Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); Código Florestal - Lei nº 12.651/2012; Lei nº 11.428/2006 (proteção ao bioma Mata Atlântica); Resolução CONAMA nº 369/2006; dentre outros pertinentes ao tema; Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (Política Nacional de Educação Ambiental, dispõe sobre a educação ambiental e dá outras providências); dentre outras legislações pertinentes ao tema.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor, e não se limitar a estes, os relatórios de monitoramento e/ou controle das ações implementadas em relação às áreas verdes ou outras áreas protegidas; licenças ambientais, se aplicável; documentos comprobatórios de ações, projetos e/ou programas de engajamento com as partes interessadas; listas de presenças de treinamentos; TACs e respectivos andamentos; averbação da RL na matrícula; CAR (se área rural); dentre outros documentos pertinentes ao tema.



SOCIAL

JS 01: Saúde Mental e Bem-Estar do Corpo Discente

Tópico: Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional

ODS relacionado



Não conforme

A organização não fornece suporte ou recursos para promover a saúde mental e o bem-estar do corpo discente (alunos e responsáveis legais, quando aplicável) da instituição.

0

Iniciante

A organização está ciente dos desafios de saúde mental enfrentados pelos seu corpo discente, mas tem recursos limitados para fornecer suporte adequado ao seu ambiente Institucional, apenas efetivando as diretrizes da Lei 14.457/22, nada além disso.
Possui uma CIPAA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio (NR-05).

OBRIGATÓRIO

0

Sensibilizada

A organização possui políticas e procedimentos relacionados à saúde e segurança, além de possuir plano de treinamento e comunicação efetiva e aplicável a todo o corpo discente, de acordo com a Lei 14.457/22 e, também, realiza campanha de sensibilização junto aos alunos em prol de disseminar o conhecimento dos temas tratados pela Lei e suas atualizações, em especial ao tema Assédio moral e sexual.

6

Consciente

Além de atender ao nível anterior, a organização possui uma variedade de serviços de apoio à saúde mental e iniciativas de bem-estar emocional bem desenvolvidas, extensivo ao corpo discente (e respectivos responsáveis, quando aplicável), como, por exemplo: contratação de psicólogos ou assistentes sociais para o atendimento sistemático desse público.
Desta forma, possui um sistema de gestão, com indicadores para mensurar a eficiência e eficácia dessas ações, como por exemplo: ações de sensibilização para o tema, inclusão dos pais, política de inclusão e empoderamento de grupos minorizados, fortalecer os soft skills, etc.
Introduz práticas de mindfulness e meditação nas rotinas diárias dos alunos para ajudá-los a reduzir o estresse, aumentar a concentração e melhorar o bem-estar geral.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, a instituição possui um compromisso além da fronteira da instituição, oferecendo uma ampla gama de serviços e programas inovadores para promover o bem-estar emocional e psicológico, de todo o corpo colaborativo, efetivo ou parceiro, alunos e responsáveis.
Integra programas de educação emocional no currículo, ensinando aos alunos habilidades de regulação emocional, empatia, resolução de conflitos e comunicação eficaz.
Possui um programa de interação escola-família de modo que os profissionais envolvidos no processo tenha uma visão ampla do contexto sociopsicológico, a fim de que suas orientação e ajuda seja mais efetiva.
Essas ações são amplamente divulgadas em campanhas internas. A instituição é referência no tema, possuindo algum atestado/ certificado.

10

Descrição

A saúde mental dos estudantes tem um impacto direto em seu desempenho acadêmico. Estudantes que estão enfrentando problemas de saúde mental podem ter dificuldades de concentração, memória e aprendizagem, o que pode afetar negativamente seu rendimento escolar. Portanto, promover o bem-estar mental dos estudantes pode contribuir para melhorias significativas em seu desempenho acadêmico.

Ao priorizar a saúde mental e o bem-estar dos estudantes, as instituições educacionais criam um ambiente de aprendizagem seguro, acolhedor e inclusivo. Isso é fundamental para garantir que todos os estudantes se sintam confortáveis, apoiados e respeitados em sua jornada educacional, independentemente de quaisquer desafios que possam estar enfrentando em relação à saúde mental.

Investir na promoção da saúde mental desde cedo pode ajudar a prevenir o desenvolvimento de problemas mais graves no futuro. Ao fornecer aos estudantes ferramentas e recursos para lidar com o estresse, a ansiedade, a depressão e outras questões de saúde mental, as instituições educacionais podem ajudá-los a desenvolver habilidades de enfrentamento e resiliência que serão valiosas ao longo da vida.

Ao abordar abertamente o tema da saúde mental e promover conversas francas e respeitadas sobre o assunto, as instituições educacionais contribuem para a redução do estigma associado aos problemas de saúde mental. Isso pode encorajar os estudantes a procurar ajuda quando necessário e a se sentirem mais confortáveis em falar sobre suas próprias experiências.

O bem-estar dos estudantes está intimamente ligado ao clima escolar como um todo. Quando os estudantes se sentem apoiados, valorizados e respeitados, o clima escolar melhora, promovendo um ambiente mais positivo e colaborativo para todos os membros da comunidade educacional, incluindo professores, funcionários e pais.

Ao ensinar habilidades de autocuidado, gestão do estresse e resolução de problemas, as instituições educacionais estão preparando os estudantes para lidar com os desafios da vida adulta de forma saudável e eficaz. Essas habilidades são essenciais para o sucesso pessoal, profissional e acadêmico a longo prazo. Embora não exista uma legislação específica voltada exclusivamente para o tema Saúde Mental e Bem-Estar dos Estudantes, há algumas leis e diretrizes que abordam aspectos relacionados à saúde mental no contexto educacional.

Legislação: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/1996); Inclusão de conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência, entre eles a violência psicológica (Lei nº 10.793/2003); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Lei nº 13.146/2015); Programa Saúde na Escola (PSE) (Portaria Interministerial nº 1.055/2017); Presença obrigatória de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica (Lei nº 13.935/2019); Lei que cria a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares (Lei 14.819); Prevenção do assédio no ambiente de trabalho (Lei 14.457) e Norma Regulamentadora da CIPAA (NR 05); dentre outras legislações/ normas pertinentes ao tema.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor, e não se limitar a estes, políticas internas, programas de suporte estudantil, registros de atendimentos psicológicos, relatórios de incidentes relacionados à saúde mental, entre outros documentos relevantes. Programas existentes na organização relacionados à promoção da saúde mental e bem-estar dos estudantes, incluindo iniciativas de conscientização, atividades extracurriculares, campanhas de prevenção, entre outras.

Avaliação da eficácia de políticas e programas para atender às necessidades dos estudantes e promover um ambiente escolar saudável e inclusivo. Avaliação e identificação das demandas e necessidades específicas dos estudantes em relação à saúde mental e bem-estar, considerando fatores como pressão acadêmica, problemas familiares, questões sociais, entre outros.

Análise de dados quantitativos, como taxas de absenteísmo, evasão escolar, incidência de transtornos mentais, para compreender a extensão do problema e identificar tendências.

Evidências de disponibilidade e eficácia dos serviços de apoio estudantil oferecidos pela instituição, como orientação acadêmica, aconselhamento psicológico, programas de prevenção ao suicídio, entre outros.

Evidências de acessibilidade e a qualidade desses serviços, incluindo disponibilidade de recursos humanos qualificados, infraestrutura adequada e confidencialidade.

In loco, durante as entrevistas com alunos, professores, conselheiros escolares e outros profissionais, entender suas percepções sobre a saúde mental e bem-estar na instituição.

Evidências de realização de auditorias de acompanhamento periódicas para avaliar a eficácia das medidas implementadas e garantir um ambiente escolar saudável, acolhedor e favorável ao desenvolvimento integral dos estudantes.



SOCIAL

JS 02: Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade

Tópico: Gestão de Impactos Sociais

ODS relacionado

17


PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO



4

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE






Não conforme

A organização não oferece suporte ou recursos para o desenvolvimento profissional dos alunos, não os preparando adequadamente para o mercado de trabalho.


0



Iniciante

A organização reconhece a importância do desenvolvimento profissional e da empregabilidade dos alunos e oferece alguns programas e recursos, como estágios, orientação profissional e workshops de habilidades, porém de forma desestruturada, sem periodicidade definida.


4



Sensibilizada

A organização está começando a oferecer alguns programas ou recursos para o desenvolvimento profissional dos alunos, mas o suporte ainda é limitado. Entre os exemplos de programas oferecidos estão os Programas de Estágio e Trainee, que proporcionam experiência prática e facilitam a transição da academia para o mercado de trabalho. Além disso, existem Centros de Carreira que oferecem serviços de orientação profissional, workshops sobre empregabilidade e feiras de emprego. Parcerias com Empresa (investimentos em alunos), incluindo oportunidades de estágio e emprego, dentre outros.


6



Consciente

Além de atender ao nível anterior, a organização possui políticas e programas estabelecidos para promover o desenvolvimento profissional e a empregabilidade dos alunos, demonstrando um compromisso consistente em preparar os estudantes para carreiras de sucesso. Possui seu próprio programa de Estágio e Trainee, Centros de Carreira, com cadastro de alunos e ex-alunos no qual oportuniza, por meio de parcerias, oportunidades de inclusão desses alunos no mercado de trabalho.

8



Engajada

Além de atender ao nível anterior, a organização é reconhecida por seu compromisso excepcional com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade dos alunos, oferecendo programas inovadores, parcerias estratégicas com empresas e oportunidades de networking que resultam em altas taxas de empregabilidade e sucesso profissional para seus graduados. Possuem indicadores neste tema, e realizam o monitoramento das taxas de empregabilidade por curso e possuem metas. Além disso, contam com uma estrutura de estudo de mercado que atua no estudo e promoção de novas carreiras, fomentando novas formações para atender a demanda do mercado.

10







Descrição

Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade são conceitos interligados que se referem ao processo contínuo de aprimoramento de habilidades, conhecimentos e competências para aumentar a capacidade de uma pessoa de obter e manter um emprego, bem como progredir em sua carreira.

Desenvolvimento profissional envolve ações e estratégias que um indivíduo adota para crescer em sua carreira. Isso pode incluir educação formal, treinamentos, workshops, autoaprendizagem e experiências de trabalho que aprimoram habilidades e competências específicas. A empregabilidade refere-se à capacidade de uma pessoa de ser empregada e permanecer empregada ao longo do tempo. É influenciada por um conjunto de habilidades, experiências, atitudes e conhecimentos que tornam uma pessoa atraente para empregadores.

Este tema está também intrinsecamente relacionado ao Engajamento Comunitário no setor educacional, pois desempenha papel complementar na formação dos alunos e na contribuição para o desenvolvimento da comunidade.

Ao integrar atividades de desenvolvimento profissional e empregabilidade ao currículo, as instituições educacionais preparam os alunos para o mercado de trabalho, capacitando-os com habilidades e competências valorizadas pelos empregadores. Isso não apenas beneficia os indivíduos, mas também fortalece a economia local ao fornecer uma força de trabalho qualificada.

O engajamento comunitário oferece oportunidades para os alunos aplicarem o conhecimento adquirido em sala de aula em contextos do mundo real. Ao participar de projetos comunitários, os alunos desenvolvem habilidades práticas, resolvem problemas reais e compreendem melhor a relevância e o impacto de seus estudos na sociedade.

Legislação: embora não exista uma legislação específica que aborde diretamente tema como requisitos obrigatórios para as instituições de ensino, alguns documentos e políticas educacionais incentivam e apoiam essas práticas como parte de uma educação de qualidade. Sendo elas: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/1996); Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei nº 13.005/2014); Políticas de Educação Integral e documentos institucionais; além de outras legislações pertinentes ao tema.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor, e não se limitar a estes, documentos institucionais, como o Projeto Político Pedagógico (PPP), planos de ensino, políticas de empregabilidade e engajamento comunitário, para entender como esses temas são abordados e formalizados pela instituição.

Programas de desenvolvimento profissional, que contemplem a medição do impacto das iniciativas de empregabilidade dos alunos e com a demonstração do envolvimento da instituição com a comunidade local.

Dados quantitativos e qualitativos relacionados ao desenvolvimento profissional, empregabilidade e engajamento comunitário, como taxas de empregabilidade dos graduados, número de projetos comunitários realizados, entre outros. Evidências do desenvolvimento profissional, empregabilidade e engajamento comunitário, como relatórios de atividades, resultados de avaliações de desempenho dos alunos, registros de parcerias com a comunidade, entre outros.

Evidências de implementação de ações corretivas, preventivas e de melhorias para o desenvolvimento profissional, empregabilidade e engajamento comunitário na instituição, garantindo que as melhorias sejam sustentáveis e alinhadas aos objetivos da instituição.

In loco, podem ser realizadas visitas às instalações da instituição para observar as atividades educacionais em andamento e avaliar a implementação prática dos programas de desenvolvimento profissional, empregabilidade e engajamento comunitário. Além disso, serão conduzidas entrevistas com os alunos sobre o tema.



SOCIAL

JS 03: Engajamento Comunitário e Integração de Projetos no Currículo

Tópico: Gestão de Impactos Sociais

ODS relacionado



Não conforme

A organização não demonstra envolvimento com a comunidade local, não participando de iniciativas ou programas comunitários, e não integra projetos comunitários no currículo acadêmico.

0

Iniciante

A organização está começando a se envolver com a comunidade local e considera a integração de projetos comunitários colaborativos no currículo, mas as ações ainda são limitadas. Alguns exemplos: Projeto de Sustentabilidade, Feiras de Ciência e Tecnologia, Programas de Tutoria (mais velhos tutores dos mais novos), Clínicas de Saúde, com vagas abertas para a comunidade, dentre outros.

0

Sensibilizada

Além de atender ao nível anterior, a organização reconhece a importância do engajamento comunitário e da integração de projetos no currículo, participando ativamente de programas e projetos que beneficiam a comunidade local e trabalhando para integrar essas iniciativas de forma mais abrangente. Exemplo: possui investimentos em ações sociais realizadas em datas comemorativas, como, por exemplo dia das mães, dia das crianças, natal, entre outros. Realizam comunicação interna e externa dos eventos e projetos realizados.

6

Consciente

Além de atender ao nível anterior, a organização possui políticas e programas estabelecidos para promover o engajamento comunitário e integrar projetos colaborativos no currículo, demonstrando um compromisso consistente com o desenvolvimento e bem-estar da comunidade local, e garantindo que os alunos tenham oportunidades significativas de aprendizado, experiência prática e serviço à comunidade. Exemplo é a implementação de Empresa Junior (sem fins lucrativos, composta e gerida exclusivamente por estudantes universitários). Além disso, possui planos estruturados, orçamentos direcionados, públicos delimitados com calendário anual pré-definido.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, a organização é reconhecida como líder em engajamento comunitário e integração de projetos no currículo, demonstrando um impacto significativo na comunidade local por meio de programas inovadores, colaborações estratégicas e uma abordagem holística para a educação cívica e responsabilidade social. Possui um Plano/Programa de engajamento e desenvolvimento socioeconômico educacional voltado a população em condição de vulnerabilidade, em especial à comunidade do entorno, como, por exemplo: bolsas de estudos e/ou programas de estágio com metas e resultados alcançados e planos de continuidade e evolução. Outro exemplo: projetos de extensão universitária. A extensão universitária é uma prática fundamental que conecta a universidade à comunidade, promovendo a transferência de conhecimento e a colaboração mútua. Por meio de projetos, cursos e eventos, a extensão busca resolver problemas locais, apoiar o desenvolvimento regional e fomentar a participação social.

10



Descrição

O Engajamento Comunitário e a Integração de Projetos no Currículo desempenham papéis fundamentais na educação. Ao envolver os alunos em projetos comunitários, a instituição promove uma compreensão mais profunda das necessidades e desafios enfrentados pela comunidade. Isso pode inspirar os alunos a se tornarem cidadãos ativos e participativos, prontos para fazer contribuições significativas para o bem-estar da sociedade. Além disso, proporcionam aos alunos oportunidades de aprendizado prático e experiencial fora da sala de aula, o que é muitas vezes mais significativo e memorável, ajudando os alunos a conectar teoria e prática de maneira mais eficaz.

O envolvimento em projetos comunitários promove o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, colaboração, comunicação e pensamento crítico. Os alunos aprendem a trabalhar em equipe, a resolver problemas do mundo real e a se relacionar com pessoas de diferentes origens e perspectivas. Podem também ajudar os alunos a desenvolver habilidades e competências essenciais para o sucesso na vida e na carreira, como liderança, resolução de problemas complexos e adaptabilidade. Essas experiências podem ser valorizadas por empregadores e instituições de ensino superior.

Um exemplo é a implementação de Empresa Júnior, que se caracteriza por uma organização sem fins lucrativos, composta e gerida exclusivamente por estudantes universitários, que oferece serviços de consultoria e projetos em diversas áreas de atuação, de acordo com os cursos de graduação dos seus membros. O objetivo principal de uma empresa júnior é proporcionar aos estudantes uma experiência prática no mercado de trabalho, aplicando o conhecimento adquirido em sala de aula para resolver problemas reais de empresas, ONGs, ou outras instituições.

Portanto, exercer a Responsabilidade Social Corporativa fortalece as instituições, estreita os laços com a sociedade, promove a imagem e torna o ambiente educacional de nível superior não somente acessível em termos de oferta de vagas educacionais, mas também nas relações interpessoais. Isso contribui para a promoção de um mundo mais justo e igualitário.

Legislação: embora não exista uma legislação específica que aborde diretamente o tema como requisito obrigatório para as instituições de ensino, alguns documentos e políticas educacionais incentivam e apoiam essas práticas como parte de uma educação de qualidade, sendo elas: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/1996); Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei nº 13.005/2014); Políticas de Educação Integral e definição de Currículo Escolar; dentre outras aplicáveis ao tema.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor, e não se limitar a estes, documentos que visem garantir que essas práticas estejam sendo implementadas de forma eficaz e alinhadas aos objetivos e valores da organização.

Documentos com a definição de critérios específicos usados na avaliação do Engajamento Comunitário e a Integração de Projetos no Currículo.

Documentos e políticas institucionais, como o Projeto Político Pedagógico (PPP), planos de ensino, políticas de relacionamento com a comunidade, entre outros, para entender como o engajamento comunitário e a integração de projetos são abordados e formalizados pela instituição.

Dados e indicadores relacionados ao engajamento comunitário e à integração de projetos, como o número de projetos realizados, o impacto percebido pela comunidade, a participação dos alunos, entre outros, para identificar tendências e áreas de sucesso ou desafio.

Evidências tangíveis do engajamento comunitário e da integração de projetos, como relatórios de atividades, registros de participação da comunidade, planos de aula que incluem projetos comunitários, projetos de extensão, entre outros.

In loco, podem ser realizadas entrevistas com membros da comunidade escolar (alunos, professores, gestores, pais/responsáveis) e membros da comunidade local, entender suas percepções sobre o engajamento comunitário e a integração de projetos no currículo, bem como identificar oportunidades de melhoria.

SOCIAL

JS 04: Educação Empreendedora

Tópico: Gestão de Impactos Sociais

ODS relacionado



Não conforme

A organização não implementa nenhuma ação voltada a educação empreendedora de seus alunos.

0

Iniciante

A organização inicia a implementação de algumas ações voltadas ao tema. Já possui uma abordagem estratégica que integra teoria e prática para capacitar indivíduos e organizações a criar e gerir negócios. Assim, já possui definição dos objetivos do programa e público-alvo.

0

Sensibilizada

Além de atender ao nível anterior, a organização possui um currículo que integra princípios de empreendedorismo. Além disso, já tem definido os métodos de ensino para o tema, como por exemplo: aprendizagem baseada em projetos, workshops e hackathons, mentoria e coaching, dentre outros.

6

Consciente

Além de atender ao nível anterior, a organização possui parcerias estratégicas, como por exemplo: colaboração com ONGs e Organizações para oferecer estágios, projetos colaborativos ou co-desenvolvimento de conteúdo; Apoio de Investidores que possam oferecer suporte financeiro e expertise aos empreendedores durante e após o programa; Parcerias com Universidades para desenvolver cursos, workshops, e laboratórios de inovação social, dentre outros.

Além disso, disponibiliza recursos e ferramentas para a implementação ao público alvo (alunos), como plataformas on line para ampliar o acesso ao conteúdo, ferramentas de medição de indicadores e materiais didáticos.

Possui ainda, avaliação e feedback, onde há estabelecido indicadores para o programa e monitoramento do progresso dos participantes e publicação de relatórios periódicos.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, a organização expande o programa para novas regiões, públicos e para os negócios de impacto, que incluem tópicos como design de negócios sociais, medição de impacto, e gestão de negócios sustentáveis, adaptando ainda o conteúdo às necessidades locais; estabelece uma comunidade de prática entre os participantes e egressos do programa, facilitando a troca contínua de conhecimentos e experiências.

Promove a divulgação e engajamento, como por exemplo: campanhas de marketing para divulgar o programa, destacando histórias de sucesso e o impacto positivo gerado por participantes anteriores; organização de eventos e conferências; divulgação em redes sociais e plataformas dedicadas ao impacto social para engajar um público mais amplo e promover as atividades do programa.

Comprova mudanças significativas na sociedade e no meio ambiente, com a implementação de negócios de impacto.

10

Descrição

O tema Educação empreendedora é uma abordagem educacional que visa desenvolver nos alunos as competências, atitudes e conhecimentos necessários para identificar oportunidades, criar e gerenciar novos negócios ou iniciativas inovadoras. Essa educação não se limita a ensinar habilidades técnicas de administração de empresas, mas também foca no desenvolvimento de um mindset empreendedor, que envolve criatividade, inovação, resiliência, liderança e a capacidade de assumir riscos calculados.

Os principais objetivos são: desenvolvimento de habilidades e competências, estimular o comportamento empreendedor, fomentar a cultura empreendedora, promover a educação para a sustentabilidade.

Além disso, a Educação Empreendedora pode ser voltada aos negócios de impacto, onde capacita indivíduos e organizações a criar soluções inovadoras para desafios sociais e ambientais, ao mesmo tempo que promove a sustentabilidade econômica.

Empreendedores sociais são treinados para identificar problemas, desenvolver estratégias viáveis e implementar soluções eficazes; fomenta o pensamento crítico, que é essencial para avaliar as necessidades da comunidade e formular respostas eficazes; promove a responsabilidade social e ética nos negócios, incentivando os empreendedores a considerar o impacto social e ambiental de suas ações.

Assim, ao implementar educação empreendedora em negócios de impacto requer uma abordagem multidisciplinar, focada tanto em capacitar indivíduos com habilidades práticas quanto em inspirar uma mentalidade voltada para a transformação social. Ao seguir essas estratégias, é possível criar programas que não só preparam os empreendedores para o sucesso, mas também geram mudanças significativas na sociedade e no meio ambiente.

Legislação: Lei de Fundos Patrimoniais - regulamenta a criação de fundos patrimoniais (endowments) para fomentar projetos de interesse público, incluindo educação e inovação social (Lei nº 13.800/2019); Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação - fomenta o desenvolvimento de startups e negócios inovadores, que podem incluir negócios de impacto (Lei nº 13.243/2016); Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE): Marco Legal das Startups – Institui o Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador, que simplifica a abertura e operação de startups, incluindo aquelas com foco em impacto social. (Lei Complementar nº 182/2021); dentre outras pertinentes ao tema.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor, e não se limitar a estes, políticas internas, programa de educação empreendedora com objetivos claros e metas mensuráveis.

Possuir um currículo bem estruturado com a inclusão de competências empreendedoras e sociais, com foco em sustentabilidade e impacto, quando aplicável.

Demonstração de disponibilidade e qualidade dos recursos educacionais, como materiais didáticos, tecnologias e acesso a ferramentas de empreendedorismo.

Evidências da Capacitação dos Educadores, como formação, capacitação contínua dos professores e facilitadores responsáveis pelo ensino do empreendedorismo.

Evidências de Metodologias Ativas de ensino, como projetos práticos, estudos de caso, aprendizagem baseada em problemas (PBL) e simulações que incentivem a criação de negócios de impacto, quando aplicável.

Existência e a qualidade de Parcerias e Colaborações com organizações externas, como ONGs, investidores sociais, aceleradoras e incubadoras.

Demonstração se o programa está gerando impacto positivo na comunidade local ou em outras comunidades, através dos projetos e negócios desenvolvidos pelos estudantes, bem como se o nível de envolvimento e satisfação dos stakeholders, como alunos, professores, investidores e beneficiários dos projetos de impacto, está sendo monitorado e quais ações estão sendo tomadas.

Comprovação de que o programa tem sido adaptado com base em feedbacks, resultados de auditorias anteriores, e se incorpora novas tendências e necessidades do mercado.

Avaliação da viabilidade financeira e sustentabilidade dos negócios criados pelos alunos.

Evidências de que os resultados e impactos do programa são comunicados de forma clara e transparente para todos os stakeholders, bem como a transparência na gestão do programa, incluindo a divulgação de relatórios de impacto e financeiro.



GOVERNANÇA

JG 01: Inovação Tecnológica Sustentável na Educação

Tópico: Adoção de tecnologias educacionais

ODS relacionado



Não conforme

A instituição não possui práticas, infraestruturas ou políticas relacionadas à inovação tecnológica sustentável.

0

Iniciante

A instituição reconhece a importância da inovação tecnológica sustentável e dá os primeiros passos, como infraestrutura tecnológica básica com algumas iniciativas pontuais de sustentabilidade; alguns programas de capacitação, porém esporádicos e não específicos para sustentabilidade; possui no currículo temas de tecnologia e sustentabilidade, porém abordados de forma superficial. Possui gestão de recursos básicos com algumas iniciativas sustentáveis e início de algumas parcerias e engajamentos esporádicos.

4

Sensibilizada

A instituição está consciente da importância da inovação tecnológica sustentável e implementa ações de forma mais estruturada, como investimentos iniciais em infraestrutura tecnológica sustentável; possui um programa contínuo de treinamentos que abarque os tópicos que estão ganhando importância ou relevância no momento atual e as novas e crescentes áreas de sustentabilidade; possui no currículo algumas disciplinas ou módulos focados em tecnologia sustentável (ter um plano de estudos que inclui matérias específicas que abordam o desenvolvimento, a implementação e a aplicação de tecnologias que promovem a sustentabilidade ambiental, social e econômica); implementação de algumas práticas de gestão sustentável e de recursos e busca ativa de parcerias e início de engajamento com a comunidade.

6

Consciente

Além de atender ao nível anterior, a instituição possui um compromisso firme com a inovação tecnológica sustentável e várias práticas estão bem estabelecidas, como infraestrutura tecnológica avançada com várias iniciativas sustentáveis; Programas de capacitação bem estruturados que incluem treinamentos específicos em tecnologias sustentáveis; possui no currículo múltiplas disciplinas e práticas educacionais integradas com inovação tecnológica sustentável.

Possui uma gestão de recursos eficiente com várias práticas sustentáveis em operação e parcerias estabelecidas com diversas organizações e envolvimento ativo da comunidade. Utiliza plataformas de aprendizado online para reduzir a necessidade de materiais impressos e permitir o acesso a recursos educacionais de qualquer lugar.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, a instituição é um modelo de inovação tecnológica sustentável, com práticas avançadas e totalmente integradas em todas as áreas, como infraestrutura tecnológica de ponta totalmente integrada com práticas sustentáveis; capacitação contínua e avançada com forte ênfase em inovação tecnológica sustentável; currículo altamente integrado com temas de inovação tecnológica sustentável, incluindo projetos práticos e pesquisa aplicada.

Possui gestão de recursos eficiente com monitoramento contínuo e inovações regulares e engajamento profundo com a comunidade e parcerias robustas, colaborando ativamente em projetos de inovação tecnológica sustentável. Implementa ambientes virtuais de aprendizado (AVAs) que promovem a colaboração e o ensino interativo, reduzindo a dependência de materiais físicos e a necessidade de espaço físico para aulas.

É referência no tema.

10

Descrição

A inovação tecnológica sustentável no setor da educação é essencial para formar uma nova geração de profissionais e cidadãos conscientes e preparados para enfrentar os desafios socioambientais e tecnológicos do futuro. Além de melhorar a qualidade do ensino e reduzir impactos socioambientais, essas práticas fortalecem a responsabilidade social, promovem a pesquisa e a inovação, e aumentam a eficiência econômica das instituições educacionais.

As instituições que adotam inovações tecnológicas sustentáveis preparam os alunos para um mercado de trabalho que valoriza habilidades em tecnologias emergentes e sustentabilidade.

Estudantes desenvolvem competências essenciais como pensamento crítico, resolução de problemas complexos e habilidades digitais, que são vitais em um mundo em rápida evolução tecnológica.

Instituições que lideram em inovação tecnológica sustentável são vistas como pioneiras e atraem talentos, investimentos e parcerias estratégicas.

A adoção de práticas inovadoras posiciona as instituições como líderes em educação e sustentabilidade, aumentando sua competitividade no cenário global.

Assim, a adoção de tecnologias sustentáveis na educação não é apenas uma tendência, mas uma necessidade crítica para o desenvolvimento sustentável global.

Legislação: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/1996); Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (Lei nº 9.795/1999); Lei da Inovação (Lei nº 10.973/2004); Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016); Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014); Conselho Nacional de Educação (CNE) (Resolução nº 1/2018) do; Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); Código Florestal (Lei nº 12.651/2012); dentre outras legislações pertinentes ao tema.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor, e não se limitar a estes, documentos como políticas institucionais, relatórios de sustentabilidade, planos de ensino e registros de capacitação.

Evidências das tecnologias sustentáveis implementadas na infraestrutura da instituição e na grade curricular.

Evidências de integração de temas de sustentabilidade e inovação tecnológica no currículo e nas práticas pedagógicas.

Demonstração de práticas de gestão de recursos, como energia, água e resíduos, dentre outros.

Demonstração do nível de engajamento da instituição com a comunidade e as parcerias para promover a sustentabilidade tecnológica.

In loco, realizar inspeções físicas das instalações para verificar a presença e o funcionamento de tecnologias sustentáveis, bem como em entrevistas com administradores, professores, alunos e outros stakeholders, obter feedback sobre a implementação e percepção das práticas sustentáveis.



GOVERNANÇA

JG 02: Participação do corpo docente e discente nas decisões da Instituição de Ensino

Tópico: Gestão Participativa

ODS relacionado

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Não conforme

0

A instituição não possui mecanismos (fóruns, políticas, procedimentos, canais) para a participação ativa de alunos e professores nas decisões escolares.

Iniciante

4

A instituição reconhece a importância da participação do corpo docente e discente, mas os mecanismos ainda são rudimentares e pouco eficazes. Existem alguns fóruns, mas a participação é esporádica e limitada; os canais de comunicação formais começam a ser estabelecidos, mas são pouco utilizados. Algumas políticas começam a incluir a participação, mas não são amplamente conhecidas ou aplicadas. Possuem iniciativas pontuais e isoladas para envolver alunos e professores.

Sensibilizada

6

A instituição está ciente da importância da participação e implementa algumas práticas para facilitar a inclusão do corpo docente e discente nas decisões da Instituição. Possuem fóruns com reuniões regulares e canais de comunicação formais já estabelecidos. Possuem políticas claras que incentivam a participação dos Docentes e dos Discentes. Existem algumas iniciativas e eventos planejados para promover a participação de alunos e professores, mas ainda não possui Comitê estruturado.

Consciente

8

Além de atender ao nível anterior, a instituição possui fóruns e Comitês bem estabelecidos, com representação ativa de alunos e professores. Os Canais de comunicação formais são amplamente utilizados e eficazes, além de divulgados. As políticas e procedimentos são bem conhecidos e amplamente aplicados para incentivar a participação. Existem diversas iniciativas regulares para promover a participação, com alta adesão e impacto significativo. Possuem indicadores e monitoramento das ações realizadas.

Engajada

10

Além de atender ao nível anterior, a participação de professores e alunos é uma parte integral da cultura institucional, com uma colaboração profunda e sistemática, onde pautas importantes já foram conquistadas. As políticas de participação são totalmente integradas nas operações diárias e práticas da instituição. As iniciativas já implementadas têm apresentado resultados importantes, o que promove, ainda mais, o envolvimento ativo e contínuo de professores, promovendo a gestão participativa.

Descrição

A participação dos alunos e professores nas decisões da escola é fundamental para promover um ambiente educacional inclusivo, democrático e eficaz em todos os níveis de ensino, desde a educação fundamental até a pós-graduação.

A participação dos alunos e professores nas decisões da escola promove o empoderamento e o engajamento, permitindo que eles se sintam parte integrante da comunidade escolar e tenham voz ativa nas questões que afetam suas vidas acadêmicas. Além disso, contribui para a melhoria da qualidade do ensino, uma vez que eles podem oferecer insights valiosos sobre suas experiências de aprendizagem e identificar áreas de melhoria.

Assim, a participação dos alunos e professores nas decisões da escola promove uma cultura de responsabilidade compartilhada, na qual todos os membros da comunidade escolar se sentem responsáveis pelo sucesso e pelo bem-estar da instituição.

Legislação: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/1996); Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) (nº 04/2010); Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei nº 13.005/2014); dentre outras legislações aplicáveis ao tema.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor, e não se limitar a estes, documentos como regimentos escolares, atas de reuniões, relatórios de gestão, políticas de participação e registros de feedback.

Evidência da existência de mecanismos formais e eficazes de participação, como conselhos escolares, comitês, assembleias e grupos de trabalho.

Evidência de canais de comunicação eficientes entre a administração, os alunos, os professores e outros membros da comunidade escolar.

Demonstração do envolvimento e do nível de participação dos alunos e professores em processos decisórios relacionados à gestão acadêmica, administrativa e pedagógica.

Evidência de utilização e valorização do feedback fornecido pelos alunos e professores para aprimorar políticas, programas e práticas escolares.

Evidências de pautas já conquistadas, assim como, os resultados alcançados.

In loco, podem ser realizadas entrevistas com alunos, professores, gestores escolares e membros da comunidade para obter perspectivas sobre a participação nas decisões da escola.



GOVERNANÇA

JG 03: Qualidade do Ensino

Tópico: Regularidade das operações

ODS relacionado



Não conforme

A instituição não atende aos padrões mínimos de qualidade do ensino, estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC) e outros órgãos governamentais (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Plano Nacional de Educação – PNE, Diretrizes Curriculares Nacionais, Conselhos Estaduais e Municipais de Educação), com sérias deficiências em vários aspectos como resultados de aprendizagem significativamente abaixo do esperado, com baixo desempenho dos alunos em avaliações e exames; Instalações inadequadas, falta de recursos pedagógicos e tecnológicos, o que prejudica o processo de ensino e aprendizagem; Professores com baixa qualificação e desmotivação, impactando negativamente a qualidade do ensino; ausência de sistemas eficazes de avaliação do ensino e de feedback para alunos e professores, dificultando a promoção de melhorias.

0

Iniciante

A instituição atende aos padrões estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e outros órgãos governamentais e está dando os primeiros passos na melhoria da qualidade do ensino, mas ainda enfrenta desafios significativos como: progresso lento na melhoria dos resultados acadêmicos, com algumas melhorias em áreas específicas; Iniciativas para melhorar a infraestrutura e fornecer recursos adicionais, mas ainda insuficientes para atender plenamente às necessidades; Esforços para capacitar os professores e promover o desenvolvimento profissional, mas inconsistências na qualidade do ensino; Implementação de alguns mecanismos de avaliação e feedback, mas ainda falta uma abordagem sistemática e abrangente (como Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB, Avaliação Nacional da Educação Superior – ENADE).

OBRIGATÓRIO

0

Sensibilizada

Além de atender ao nível anterior, a instituição reconhece a importância da qualidade do ensino e está tomando medidas significativas para melhorá-la, como: melhorias graduais no desempenho acadêmico, com tendência positiva em várias áreas; Investimentos contínuos na melhoria da infraestrutura e na disponibilização de recursos educacionais adequados; Iniciativas para recrutar e reter professores qualificados, além de promover um ambiente de ensino estimulante; Implementação de sistemas mais abrangentes de avaliação e feedback, com ênfase na utilização dos resultados para aprimoramento contínuo.

6

Consciente

Além de atender ao nível anterior, a instituição demonstra um compromisso sólido com a qualidade do ensino, com práticas eficazes e consistentes em vigor. Desempenho acadêmico satisfatório, com resultados positivos e impacto visível no progresso dos alunos; Infraestrutura moderna e bem equipada, com acesso a uma ampla gama de recursos educacionais e tecnológicos; Corpo docente altamente qualificado e engajado, com suporte contínuo ao desenvolvimento profissional e à inovação pedagógica; Sistemas robustos de avaliação e feedback que são utilizados de forma eficaz para promover melhorias contínuas na qualidade do ensino. Indicadores para mensuração podem ser: Taxa de aprovação, abandono escolar, e desempenho acadêmico dos alunos.

8

Engajada

Além de atender ao nível anterior, a instituição é um modelo de excelência em qualidade de ensino, com práticas inovadoras e um compromisso total com a melhoria contínua. Possui excelência acadêmica com resultados excepcionais, destacando-se nacional e/ou internacionalmente; Infraestrutura de classe mundial e recursos educacionais de última geração que proporcionam um ambiente de aprendizagem inspirador; Corpo docente altamente renomado e dedicado, reconhecido por sua expertise e contribuições significativas para o avanço da educação; Cultura institucional de avaliação e feedback contínuo, com ênfase na inovação, na pesquisa educacional e na disseminação das melhores práticas. Integra tecnologias educacionais no processo de ensino-aprendizagem, utilizando plataformas de aprendizado online, ferramentas de colaboração digital e recursos multimídia interativos.

10

Descrição

A qualidade do ensino é um tema de extrema importância porque tem um impacto direto e profundo em diversos aspectos da sociedade.

Um ensino de qualidade fornece aos alunos o conhecimento e as habilidades necessárias para serem bem-sucedidos na vida profissional e pessoal. Promove o desenvolvimento do pensamento crítico, criatividade e capacidade de resolver problemas, que são essenciais em um mundo em constante mudança.

Alunos bem-educados gera uma força de trabalho educada que é fundamental para a inovação, a pesquisa e o desenvolvimento, o que pode reduzir o desemprego e aumentar a produtividade e aumentar a competitividade de um país no cenário global.

Um sistema educacional de qualidade ajuda a reduzir desigualdades sociais e econômicas, proporcionando a todos, independentemente de sua origem, a oportunidade de alcançar seu potencial.

A educação promove valores de cidadania, respeito, e responsabilidade, contribuindo para a coesão e harmonia social.

A educação de qualidade promove a valorização e preservação da cultura e da identidade nacional, além de abrir os alunos para a diversidade cultural e o respeito pelas diferenças. Além disso, prepara indivíduos para desenvolver e implementar tecnologias e práticas que promovam a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

A educação de qualidade é um dos objetivos da ONU e é considerada essencial para o alcance de outros objetivos, como erradicação da pobreza, saúde de qualidade e redução das desigualdades.

Legislação: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei nº 9.394/1996); Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) (nº 04/2010); Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei nº 13.005/2014); Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB); Lei de Reforma Universitária (Lei nº 9.131/1995); Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (Lei nº 10.861/2004); Qualidade da Educação Superior (Portaria MEC nº 40/2007); Avaliação da Pós-Graduação - CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior); dentre outras legislações pertinentes ao tema.

Verificação

Deverão estar à disposição do auditor, e não se limitar a estes, documentos institucionais, relatórios de desempenho, planos de aula, políticas educacionais e registros de avaliações.

Demonstração das taxas de aprovação, reprovação e evasão e resultados em avaliações externas, como o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e ENADE para educação superior; Relevância e adequação do currículo às necessidades educacionais dos alunos; Alinhamento com as diretrizes curriculares nacionais e estaduais. Oferta de diferentes áreas de estudo e cursos eletivos; Flexibilidade para atender às necessidades e interesses dos alunos; Reputação acadêmica dos cursos e programas; Acreditação e reconhecimento oficial dos diplomas; Qualidade do ensino preparatório para exames de admissão em instituições de ensino superior.

Evidências da qualificação e capacitação dos professores, experiência pedagógica, programas de desenvolvimento profissional. Capacidade de engajar os alunos e promover um ambiente de aprendizagem positivo; Atividades de pesquisa e publicações acadêmicas.

Evidências dos processos de avaliação institucional, mecanismos de feedback para alunos e professores.

Demonstração de reconhecimento nacional e internacional dos programas de pós-graduação.

Avaliação da qualidade da pesquisa produzida pelos estudantes e professores.

Evidência das taxas de empregabilidade e sucesso profissional dos graduados.

In loco, verificar o estado das instalações físicas, incluindo salas de aula, laboratórios, biblioteca e espaços de recreação.

Disponibilidade de recursos pedagógicos, como livros didáticos, materiais de ensino e tecnologia educacional. Acesso a financiamento e bolsas de pesquisa.

Pode ser realizada entrevistas com alunos, professores, gestores educacionais e membros da comunidade para obter insights sobre a qualidade do ensino.



PROGRAMA ESG-FIEC

CADERNO SETORIAL J

Educação fundamental, médio, técnico, tecnológico, graduação e pós-graduação

